

ATA N° 21/2016 DA REUNIÃO DA CAMARA SETORIAL DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS.

Aos 21 dias do mês de janeiro de 2016, na Câmara Municipal do município de Juiz de Fora, realizou-se reunião com o objetivo de propor alternativas para a solução pacífica do conflito que envolve a ocupação urbana Novo Triunfo II, naquela Cidade.

O vereador Roberto Cupolillo, Betão, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Juiz de Fora, fez abertura da reunião, expondo a situação da ocupação, como relatada em ata anterior da Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais e Outros Grupos Envolvidos em Conflitos Socioambientais e Fundiários no dia 12 de janeiro deste ano, e externou que em tentativas anteriores não conseguiu resolver a situação da ocupação e por isso recorreu a Mesa de Negociação.

Às 14h27, Hélcio Martins Borges, secretário executivo, assume a fala e dá abertura oficial à Câmara Setorial e expõem sobre as atribuições da Mesa. Em seguida, explicou sobre a necessidade de gravar as falas dos presentes para registro oficial e posteriormente abriu para as apresentações dos presentes. Após as apresentações, o secretário executivo fez menção aos dois encaminhamentos na reunião ordinária da Mesa, também do dia 12 de janeiro, apontados em Belo Horizonte. A listar:

- a realização de uma Câmara Setorial em Juiz de Fora com participação dos atores locais, com o objetivo de tratar com mais detalhes da construção desse acordo e do processo de saída das famílias do abrigo;

- o vereador Betão registrar ainda no dia 12, na Câmara Municipal de Juiz de Fora, um pedido formal para que a EmCasa realize um mapeamento dos imóveis vazios de empreendimentos no município.

Luiz Carlos dos Santos, diretor-presidente da EmCasa, em suas ponderações, garantiu que a autarquia municipal está em fase de contratação de uma empresa para proceder o mapeamento e ressaltou a necessidade de uma parceria da PM para dar segurança e garantir a fluidez do trabalho. Comprometeu-se então a fazer o mapeamento mais rápido possível para encaminhar à Mesa e à Caixa.

Lia Maria Manso Siqueira, advogada da Brigadas Populares, tomou a fala e solicitou que a prefeitura envie uma cópia do mapeamento também ao movimento, Luiz Carlos se comprometeu a fazê-lo; Ele (Luiz Carlos) aproveitou e pediu apoio dos ocupantes a ajudar a empresa que vencer a licitação do mapeamento a fazer o trabalho.

Lia opinou ainda que o proposto mapeamento deve ser feito de forma a atender aos interesses dos diversos setores sociais da Prefeitura, o que foi confirmado pela EmCasa que garantiu que a empresa licitada deverá fazer o mapeamento de forma a atender a vários requisitos, inclusive às exigências da Caixa.

ATA Nº 21/2016 DA REUNIÃO DA CAMARA SETORIAL DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS.

Betão assumiu a fala para manifestar sua preocupação com a gravidade do Problema e disse que o mapeamento tem que ser feita rápido.

Hélcio Borges conclamou as partes para pronunciarem sobre um possível acordo;

Rogério de Souza Rodrigues (Secretaria Municipal de Assistência Social) reclamou da falta de representatividade de alguns movimentos, sem relacionar quais, e disse que a Prefeitura está atendendo dentro do que é possível e que o processo de reintegração é de responsabilidade da Caixa. Reiterou, como consta da ata anterior, que o local (Cesporte) é inadequado ao abrigo das mesmas. Denunciou que o espaço está sofrendo muitas depredações. Queixou-se da falta de convite à Secretaria de Assistência Social nas audiências que tratam o assunto envolvendo a ocupação urbana Novo Triunfo II.

Rogério alegou ainda que não tem mais como manter o abrigo e cobrou que a prefeitura devia ter sido convidada antes das demais ações para que pudesse apontar qual seria seu papel. Em seguida, pediu para que o Estado divida as responsabilidades de alocação das famílias e citou uma edificação de propriedade da FEBEM como um possível espaço para a realocação das famílias ocupantes do Novo Triunfo II.

Jéssica Siviero Vicente (NAJUP) - Manifestou que as famílias querem sair do abrigo. “Vamos partir para as propostas”, disse. Ela pediu uma posição da Secretaria de Governo. Após o apelo de Jéssica, José Sóter de Figueiroa Neto (secretário de Governo de Juiz de Fora) se posicionou e, depois de parabenizar a Mesa, conclamou os presentes a construir uma negociação, alegando que o único programa habitacional de Juiz de Fora é o programa Minha Casa Minha Vida e que a prefeitura não tem controle da situação que está acontecendo nas unidades do MCMV.

Num primeiro momento, Figueiroa garantiu que a prefeitura seria apenas colaboradora do mapeamento e apontou duas possíveis soluções, que classificou uma como temporária e outra definitiva. Para ele, temporário é encaminhar as famílias para um abrigo com auxílio moradia e enquadrar como definitivo uma ação do Governo Federal, do Estado, da Caixa, da Prefeitura e dos movimentos para a inclusão das famílias no MCMV. Em ambos os casos, ele garantiu que a prefeitura apenas participe.

Betão retomou a fala e lembrou a proposta da prefeitura de pagar R\$240 de auxílio moradia e que os presentes aguardavam o posicionamento do Estado se haveria uma verba de complementação.

Em esclarecimentos, Hélcio falou da necessidade de regulamentação da Lei que dispõe sobre o auxílio moradia, para que o Estado possa destinar o recurso para repassar às famílias. Esclareceu ainda que a Mesa busca atender demandas já registradas há mais tempo pela PM e que essa ocupação foi uma exceção pela complexidade do problema. Ressaltou, em relação à elegibilidade das famílias nos cadastros sociais, que o Estado vai trabalhar com os critérios de cadastramento da prefeitura e que não pode garantir que todos seriam encaixados nesses critérios. O secretário Figueiroa sustentou que – por ser

excepcional - a prefeitura se dispõe a assumir a responsabilidade de repasse do auxílio se o Estado se comprometer com a complementação mediante contrato. Rogério – Explicou sobre o prazo de cessão do auxílio moradia e como é o funcionamento no Município. Explicou que só 19 famílias receberão o auxílio.

Lia perguntou se as famílias seriam encaminhadas as unidades vazias, se o auxílio atende às realidades habitacionais do Município e se o município vai encaminhar as famílias aos programas habitacionais. Naquele momento o vereador Betão fez questão de ordem e pediu intervalo para organização do movimento e perguntou se o auxílio moradia seria concedido por seis meses e poderia ser renovado por igual período.

Vitor Hugo Custódio de Oliveira, membro da ocupação, perguntou se o auxílio moradia vai atender às 39 famílias e se posteriormente o município poderia se encarregar de arrumar lotes para essas famílias, reafirmando a existência de 39 famílias na ocupação.

Carlos Bonifácio, secretário de esporte do município, expôs sobre o espaço onde as famílias estão abrigadas, pedindo sensibilidade por ser espaço de esporte. Queixou-se de não ter sido procurado no momento da ocupação. Ressaltou da inadequação do espaço para abrigar famílias por ser um espaço desumano. Pede que o problema seja resolvido logo para que as famílias não fiquem mais expostas a condições de maus tratos. Mostrou fotos à mesa das condições locais.

Luiz Carlos convidou o movimento para conhecer o loteamento da Emcasa, onde os lotes são subsidiados. Falou que aquelas famílias poderiam adquirir lotes de formas subsidiadas em um terreno doado à Emcasa no bairro Santa Luzia, que pode ser transformado em loteamento popular. Comprometeu-se que a Emcasa vai buscar mais terrenos para loteamento popular, a preço popular.

Em suas falas, Rogério da Secretaria de Assistência Social ponderou que a Prefeitura contemplará apenas as 19 famílias que se enquadram no processo de elegibilidade municipal e que essas 19 famílias devem preencher os formulários amanhã (22) e saírem do espaço. Porém Francisco de Assis Pereira, ocupante, protestou que o acordo só acontecerá na condição de atender às 39 famílias com aluguel e lote.

Rogério reiterou que a prefeitura vai atender somente às 19 famílias e que as demais devem procurar o CRAS e fazer relatório para estarem elegíveis aos programas sociais.

Dalva Estela do Nascimento faz apelo para que o pessoal pense no acordo, levando em consideração aos critérios do MCMV para ajudar pessoas que de fato precisam. Pediu para o movimento aceitar a proposta das 19 famílias e demais recorrerem ao cadastro no CRAS. Explicou que o acordo visa a atender a quem se enquadra nos critérios do MVMV e as demais não deve ser foco de discussão daquela Mesa.

Hélcio pediu ordem depois de momentos de excitação dos participantes e perguntou se há acordo dentro do proposto pela prefeitura e então os ocupantes ensaiaram o acordo de a prefeitura arcar com um ano de aluguel e mais um lote para cada família, onde elas construiriam nesse período.

Luiz Carlos frisou que por força legal a Emcasa não pode fazer as doações e sim a comercialização com as famílias. “Há um terreno que foi doado pela prefeitura para a

Emcasa viabilizar o MCMV e ele pode ser comercializado, mas precisa passar pelos trâmites legais de urbanização e processo de venda a loteamento popular”.

O Secretário da Mesa perguntou às partes se era plausível o acordo em que as famílias iriam para o aluguel popular por um ano e que se a Emcasa, nesse período, se comprometeria a legalizar o loteamento e estabelecer prioridade de compra aos ocupantes do Triunfo II.

Débora Oliveira, membro da ocupação, destacou que o movimento aceita o acordo se for concedido às famílias um ano de aluguel e no máximo 2 a 3 meses para o mapeamento das casas vazias pertencentes ao MCMV de Juiz de Fora. Então a Emcasa, se comprometeu a fazer o mapeamento das 3500 unidades vazias do município, agilizar o mapeamento e ainda buscar terrenos para loteamento popular.

Propostas Apresentadas no final:

- A Prefeitura compromete atender às 19 famílias no repasse de R\$240, cabendo ao Estado complementar com o valor de 120. No final as famílias receberão R\$360 cada. O Município vai arcar com o valor total até a regulamentação da Lei do Auxílio Moradia, quando posteriormente o Estado efetuar o pagamento na mesma proporção e depois seguirão dividindo, até completar 12 meses. R\$ 240,00 para o município e R\$ 120,00 , para o Estado.

- a Secretaria de Assistência Social vai cadastrar as 20 famílias restantes no CRAS e aquelas habilitadas serão também contempladas no acordo, passando a receber o benefício do Auxílio Moradia.

- a Emcasa junto e a Caixa concluirão levantamento das casas desocupadas em dois meses.

- amanhã, dia 22 de janeiro, as 10h30 a prefeitura vai se reunir com o pessoal para o preenchimento do cadastro;

- na terça feira dia 25, até às 18horas, as famílias deverão deixar Cesporte com monitoramento da Prefeitura, quando o imóvel será reintegrado a Secretaria de Esporte.

Acordo aceito às 18 horas e o Hécio encerrou a audiência.

Belo Horizonte, 21 de janeiro de 2016.